

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

[www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

R\$ 5,00

nº 900 - de 5 a 19 de maio de 2022

# CONSTITUÍ-SE COM LULA PARA RECONSTRUIR E TRANSFORMAR O PAÍS

Lançada a pré-candidatura agora é buscar a vitória

Nesta edição especial de número 900:  
Encarte Europa e lançamento da  
campanha de assinaturas



# "A escola deveria ser nossa"

## Tese leva reivindicações e luta contra o governo ao Conubes

Entrevistamos Naomi Lahana, presidente do grêmio do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari. Naomi faz parte do movimento A Escola é Nossa, que a JRdoPT ajuda a impulsionar e participará do 44º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Conubes) que acontecerá de 12 a 15 de maio em Brasília.

**OT: Que situação estão vivendo os estudantes do IFC Araquari? Porque ir ao congresso da UBES?**

**Naomi:** Hoje no IF tem faltado papel higiênico nos banheiros, estamos com falta de professor, não tem água na escola, estamos vivendo em uma situação cada vez mais precária, ainda mais quando se trata de uma instituição Federal. Nós temos cerca de 25 estudantes com deficiência que estão à espera de auxiliares pra ajudar em sala de aula. Tem estudantes



Naomi Lahana

de baixa renda que precisam do auxílio estudantil para ir pra escola e se manterem nela. São problemas que foram agravados com o governo Bolsonaro. Achamos que seria muito

importante participarmos do congresso porque ajudaria em nossa visão de luta estudantil. Faria com que tomássemos posições mais adequadas para determinadas situações. É muito importante sabermos como resistir contra isso. Por isso, queremos ir ao Conubes para discutir essas situações e o combate ao governo Bolsonaro.

**OT: Como foi o processo eleitoral?**

**Naomi:** Nós discutimos com os estudantes sobre o que é a UBES e a importância dela, fomos chapa única e eleitos.

O processo foi bem tranquilo. Essa discussão, inclusive, nos permitiu debater nossas reivindicações na escola e a situação da educação de forma nacional. É o que propõe o Movimento a Escola é Nossa. Foi com esse espírito que preparamos as eleições aqui

**OT: Que contribuições você, como delegada da tese A Escola é Nossa, levará ao congresso?**

**Naomi:** Estou de acordo com o movimento que diz o que realmente deveria ser o espírito da escola: a escola ser nossa! Ser da juventude, ser da educação de qualidade, ser do filho dos trabalhadores. Levarei as experiências que temos vivido aqui a frente do Grêmio. Aprendemos muito ouvindo os estudantes, os organizando para a luta. Fizemos campanha aqui para tirarem o título. Sabemos que nem tudo se resolverá nas eleições, que até outubro tem muita coisa pra acontecer e a luta deve continuar para tirarmos Bolsonaro o quanto antes, mas essa campanha foi importante porque nos permitiu dialogar com vários estudantes que estavam em dúvida. É esse espírito de combate que eu acho que o movimento a Escola é Nossa tem trazido. Vamos pra luta!

## O que dizem os estudantes sobre o novo ensino médio?

### O Trabalho ouviu estudantes de São Paulo e Minas Gerais sobre a realidade nas escolas

O retorno efetivo às aulas presenciais neste ano tinha sabor de esperança. Kesia, 17 anos, estudante do 1º ano do Ensino Médio em São Bento do Sapucaí (MG) explicou: "No começo do ano letivo os professores, assim como os alunos estavam esperançosos por voltar depois de 2 anos de pandemia. (...) diziam que nesse novo Ensino Médio os alunos participariam mais do ensino, auxiliando a elaborar tópicos que achassem importante serem apresentados, o que logo se mostrou não ser verdade."

A estudante, que desistiu das aulas a distância durante a pandemia e optou em reiniciar os estudos para aprender, deixou claro seu sentimento sobre a precarização das condições dos professores: "O novo Ensino Médio não trouxe professores mais preparados como prometeu, na verdade muitos não sabem lidar com os alunos".

Em São Paulo, os chamados "itinerários formativos", reduzem as aulas dos conteúdos educacionais. Para Lucas, 16 anos, do 1º ano do Ensino Médio na capital paulista essas novas matérias "não servem pra nada. Só pra encher linguiça lá na escola." Já para a estudante Lyandra, 16 anos, do 2º ano do ensino médio, essas aulas "retiram horário de matérias

importantes. Fazem com que nós tenhamos menos tempo para aprender matemática, por exemplo."

Na periferia de São Paulo o presidente de um grêmio estudantil, relatou: "Os alunos das turmas do novo Ensino Médio estão reclamando muito. É como o que está rolando no Paraná. Se falta professor, colocam aulas na TV para assistirmos".

#### Queremos aulas de educação física

As aulas de educação física ficaram opcionais. Isso está revoltando os estudantes. Lucas explicou sem meias palavras: "eu também achei uma bosta, né. Por que tirar o que a gente mais gosta da escola e colocar EAD?". Uma estudante de uma escola de São Paulo que pediu para não ser identificada disse "É muito injusto. É a aula que temos para nos movimentarmos, para lidarmos com nosso corpo e com nossa saúde".

#### A escola piorou

"Com todas essas mudanças está tudo uma bagunça", disse uma estudante. Para ela "as pessoas acabam prejudicadas. Não só alunos, professores também. Muitos perderam o emprego porque ficaram sem aula e os alunos que têm dificuldade em certas matérias não têm tempo para tirar as dúvidas."

#### Filas pela merenda

Falando sobre a situação social dos alunos Késia explicou sobre as filas para a merenda na escola: "esse é o maior problema que nós enfrentamos. Na minha escola são 300 alunos almoçando no período da manhã.

Nós temos 15 minutos para almoçar, ir ao banheiro, e ainda socializar". Tanto Lucas quanto Lyandra observaram que há muitas filas da merenda. Lyandra completa "antigamente não tinha tanta gente nas filas".

Alexandre Linares

#### ESTUDANTES DO PARANÁ PROTESTAM CONTRA TELEAULAS

Nas últimas semanas estudantes do Ensino Técnico paranaense se manifestaram contra a introdução de "teleaulas presenciais" nas disciplinas profissionalizantes. Com o novo Ensino Médio abrindo brecha para o Ensino a Distância em parte da carga horária curricular, estudantes de mais de 26 escolas já realizaram protestos divulgados nas redes sociais. Eles denunciam: "televisão eu assisto em casa", e exigem "queremos professores em sala de aula. O governador Ratinho Jr (PSD) fez convênio com a Uniceumar, uma universidade privada. Sem tirar dúvidas e sem aprendizado, os alunos estão abandonando as aulas em meios aos protestos.

#### EM DEBATE PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA A EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO PAÍS

PL 2401/2019 visa implantar legislação que autoriza o chamado "Homeschooling" em todo Brasil. Na prática permite que responsáveis de alunos tirem as crianças das escolas e passem a avaliar estudantes diretamente através de uma plataforma do MEC. Trata-se de um projeto contra a escola pública, permitindo a exclusão dos estudantes da educação escolar. O PL altera o código penal e põe fim ao "crime de abandono intelectual", que é aquele quando o responsável da criança não garante a presença dela na escola. Deputados do PT e do Psol questionaram o projeto. Para a deputada federal Professora Rosa Neide (PT-MG) "a educação é dever do Estado". O deputado federal Rui Falcão (PT-SP) declarou "Nós vamos promover um liberou geral, o conselho tutelar vai ter que ir de casa em casa para saber se a criança que não está indo à escola, ou não está tendo acesso"..

# Há saída! É preciso construí-la.

As condições de vida que corroem as famílias trabalhadoras, a crise institucional que dilacera este país, o governo que navega na crise para avançar seu projeto, colocam uma pergunta: é possível sairmos desta situação?

Possível é. Mas não é fácil e nada será dado se não houver muita luta.

Os atos do 1º de maio, dia de luta da classe trabalhadora, sejam francos, frustraram. Não porque o povo não esteja disposto à luta. Numa fábrica, como na Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN em Volta Redonda (RJ), em categorias, como os servidores públicos das três esferas, há luta, há resistência (ver pág. 7). Mas, quando os que lutam “olham para cima” veem as direções de suas organizações fazendo outra coisa.

O 1º de maio que teve um ato nacional organizado pelo fórum das centrais (ver pag.6), passou ao largo da luta pelos reajustes salariais, pelo tabelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, pela recuperação dos direitos usurpados, vitais em uma situação na qual a inflação tira comida da mesa da família trabalhadora e milhões trabalham com baixos salários e em empregos precários.

As mesmas famílias trabalhadoras que ao ligar a TV, tem como oferta o beija mão entre instituições, coniventes com o atual governo que provocou esta tragédia. Bolsonaro deita

e rola e “nenhuma voz mais alta se levanta”. Ao contrário, as vozes que se fazem ouvir são aquelas que repetem o mantra da defesa das instituições e da Constituição de 1988 (ajambrada pelas classes dominantes e depois muito piorada), que nos fizeram chegar até aqui. O que pode pensar uma mãe e um pai de família, sem comida a dar aos seus filhos, desta cantilena? Vai atrás dela por que? Isso não põe comida no prato, não dá moradia,

## É PRECISO ROMPER COM O JOGO DE CARTAS MARCADAS

educação, saúde, emprego, direitos e salário.

Assim não dá, não é mesmo? Ficam em casa até porque não têm dinheiro para pagar condução.

Mas o povo não aguenta mais. E se as ruas não foram tomadas, esta hora virá. A tarefa da hora é preparar uma tomada das ruas que seja capaz de, além da indignação, demonstrar a força do povo para resolver seu próprio destino.

Neste 7 de maio, será lançada a

pré-candidatura de Lula à presidência. Estaremos lá. Contrários à política que está se construindo (enredar o PT numa Federação de partidos que nada têm a ver com sua vocação original, abrir mão da expressão própria do PT na disputa do governo em vários estados, trazer a tiracolo o ex-governador Alckmin conhecido por sua tara privatista e sua repressão desenfreada) estaremos lá.

Porque, com grande parcela do povo trabalhador, vamos ajudar a construir a vitória de Lula. Mas uma vitória que seja digna deste nome. A saber, para eleger um governo que reconstrua e transforme o país, dando a palavra ao povo, com a convocação de uma Constituinte Soberana. Afinal, só o povo pode salvar a si próprio.

Enquanto o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e o governo Bolsonaro fazem este jogo de cartas marcadas que sacrificam o povo, dizemos: é preciso romper com isso! É com este objetivo que, com o Diálogo e Ação Petista, nos engajamos na preparação de um grande ato em julho por “Constituinte com Lula” (ver pág.5).

\*\*\*

Esta edição 900, especial, traz um encarte sobre a situação na Europa marcada pela guerra na Ucrânia e sobre o movimento ao redor de Mélenchon, contra o governo Macron, nas próximas eleições legislativas.

### NOTAS

#### Acidentes de trabalho matam 50 mil em 10 anos

O Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho fez uma investigação nos dados do INSS e descobriu que 22.954 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho no Brasil desde 2012.

O número, no entanto, é subestimado pois aí só foram contados os trabalhadores com carteira assinada. Estima-se que somados os acidentes com trabalhadores informais o número pode passar de 50 mil.

O Brasil está entre os países com a maior taxa de mortes no trabalho no mundo. São, em média, 7,4 mortes por acidentes de trabalho para cada 100 mil habitantes.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) denuncia que em 10 anos se reduziu quase pela metade o número de auditores e a verba para fiscalização foi cortada em 70%.

#### Metalúrgico morre e fiscalização demora 1 mês em Taboão (SP)

Sem punição, nem fiscalização os acidentes de trabalho se repetem. No dia 22 de fevereiro, Ailton Aparecido perdeu a vida na fábrica metalúrgica Cinpal em Taboão da Serra (SP). Os trabalhadores querem punição dos

responsáveis, e que esse tipo de situação não ocorra mais, pois não é a primeira vez que eles perdem um companheiro vítima de acidente de trabalho.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, explica que a Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Osasco foi solicitada para fazer a fiscalização na fábrica, mas não fez nada. O problema é que só existe um auditor capacitado na regional para fiscalizar a saúde e segurança do trabalho, exercendo atividades restritas.

No estado de São Paulo o déficit de auditores é de 85%. A fiscalização na empresa só ocorreu um mês após o acidente, com um auditor-fiscal que veio de Bauru, distante 350 km de Taboão da Serra.

#### CSN: acidentes e mortes se repetem

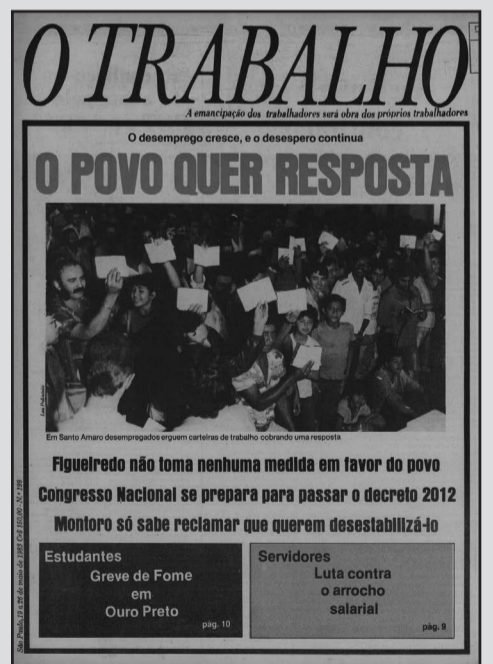
Não é à toa que os trabalhadores da CSN estão revoltados. Em 28 de março, Nilson Vanderlei, trabalhador de 60 anos, teve quatro dedos da mão direita amputados em um acidente de trabalho. Nilton trabalhava no setor de decapagem da usina em Volta Redonda. Antes disso, há quatro meses, um outro acidente matou um trabalhador e deixou outros três feridos dentro da CSN.

### Memória

#### DESEMPREGADOS VÃO À LUTA EM SÃO PAULO E NO PIAUÍ

Santo Amaro foi, mais uma vez, o palco de manifestações contra o desemprego, em São Paulo. Uma semana depois da última manifestação no Largo 13 (dia 9/5), mais de 500 trabalhadores voltaram a se reunir no mesmo largo, mostrando toda a disposição de luta e a revolta diante da ausência de respostas concretas seja por parte do governo do general Figueiredo, seja por parte do governo Montoro, um mês e meio depois da revolta em São Paulo. (...) Em Teresina, capital do estado [do Piauí], mais de 500 desempregados concentraram-se em frente a um quartel do Exército, formando em seguida uma passeata que, dirigindo-se às principais ruas da cidade, atingiu o Palácio de Karnak, sede do governo estadual.

O Trabalho nº 199 - 19/5/1983



#### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

# A novela da Federação PT-PCdoB-PV

Cenas do próximo capítulo no [www.petista.org.br](http://www.petista.org.br)

Há seis meses acompanhamos a cada edição os episódios desta novela de autor conhecido, o Tribunal Superior Eleitoral, da implantação nos termos da Lei 12.408 de 28/09/21, nunca discutida em instância partidária, de uma federação sobre a estrutura do PT, decidida há algum tempo em lugar incerto, para ser aprovada na forma cabal pela maioria no meio da resolução de conjuntura em abril (ver “Mau passo no Diretório”, O Trabalho 899).

Depois disso, os dirigentes mandados do PT acertaram com o PCdoB e PV, a forma final da Carta-Programa e dos Estatutos no requerimento ao TSE que tem prazo até 31 de maio para deferir ou não, a denominada “Federação Brasil da Esperança FE Brasil”.

## Camisa-de-força

Infeliz segundo passo, se for FE Brasil o acrônimo da “nova agremiação partidária” que deveria ser laica, embora aí pareça com-FE-ssional.

Nossa posição é clara. Com regras e penalidades sob competência extrapolada do judiciário sobre os partidos, a Lei 12.408 criou uma

camisa-de-força que ameaça a independência do PT. É uma hipoteca por, pelo menos, quatro anos, prazo mínimo sob pena de perda de fundo, tempo de TV e direito de coligar em duas eleições seguintes, a critério do TSE. O PT que, apesar de toda a perseguição institucional, está aí.

## O PT continua!

O Diálogo e Ação Petista (DAP) com quem O Trabalho se identifica, decidiu participar das instâncias da Federação na luta cujo norte é que “O PT Continua!”. O faz por julgar que atende ao interesse atual do povo trabalhador, como quando disputamos eleições viciadas pelas regras não democráticas da Constituição de 1988, tanto como no “processo eleitoral direto” criado em 1999, decalque institucional que trouxe mais vícios para dentro do PT.

Hoje, é clara a relação da criação da Federação com:

- o abandono pela cúpula do PT de candidaturas próprias a governador (abaixo o caso de Minas) em favor de partidos da classe dominante sem nem verniz popular;
- a coligação nacional com o PSB

tendo o ex-governador do PSDB, Geraldo Alckmin, de vice do candidato a presidente da Federação, o nosso Lula.

O DAP comunicou ao Diretório que lutará com base na experiência comum e no quadro do partido, para retificar o que considera prejudicial aos trabalhadores, junto com a decisão de lutar pela vitória de Lula Presidente e dos candidatos PT em outubro.

## Pela Constituinte com Lula!

O site do DAP analisa os documentos finais da Federação. Resumindo, o programa ficou uma mula-sem-cabeça, na melhor hipótese, após o DN recusar, por maioria, integrar a Constituinte Soberana, numa regressão histórica do 6º e 7º Congressos. A assombração tenta “voltar” à deriva programática do PT entre os anos de 1995 a 2017, sem orientação de ruptura transformadora da ordem, até que o 6º Congresso reincorporar a luta pela Constituinte Soberana, e não foi revogado!

Concretamente, entre os pontos há algumas “revogações” – como da reforma trabalhista - outras

acanhadas “revisões”, até se fala em “transformação”, mas no quadro constitucional. Por isso, está ausente a questão militar e, ainda mais, a questão da soberania nacional face ao imperialismo estadunidense. Sobre isso, o silêncio não é realista.

Por outro lado, há reivindicações nacionais e internacionais de interesse operário e democrático a se considerar. Mas, repetimos, domina a falta de uma perspectiva de transformação de fundo, depois que foram adotadas 118 emendas reacionárias à Constituição de 1988 que precisariam, agora, de 3/5 dos votos para serem revogadas. Ora, é para isso uma Constituinte Soberana, reconstruir (revogar a reforma trabalhista e previdência) e transformar (reformas estruturais, da mídia, do judiciário e o fim da tutela militar do artigo 142).

A luta de outubro começa hoje no enfrentamento da fome, do desemprego, da opressão e do obscurantismo, o que exige, insistiremos convocar uma Assembleia Constituinte Soberana com Lula. Para isso, o PT é mais necessário hoje do que nunca.

Markus Sokol

## MG: “Pragmatismo tem limite”

Entrevista com o pré-candidato a governador Jésus Lima

Há meses corre fora das instâncias do PT um processo de apoio à candidatura a governador de Alexandre Kalil (PSD, há pouco prefeito de BH). Líderes petistas e Lula apoiam. Boa parte da militância quer a candidatura própria em Minas. O Diálogo e Ação Petista coleta adesões a um Manifesto neste sentido. Havia dois pré-candidatos, mas um desistiu, e Jésus Lima, ex-prefeito de Betim, segue com apoio do DAP. Conversamos com ele:

**OT: Parlamentares fazem reuniões pelo estado explicando que Lula precisa construir governabilidade e é preciso apoiar Kalil. O que você acha?**

A estratégia da cúpula do PT nacional é renunciar a tudo que for possível para garantir Lula presidente. Lula está correto em querer todos os palanques possíveis. Mas em Minas isso não deu certo. Não indicamos vice, nem senador, por isso acho que o PT deve mudar de estratégia. O acordo com Kassab (presidente do PSD) também não cola, pois não se vê nenhuma sinalização de mão dupla. Fato é que Kalil é canoa furada para Lula. Não será um palanque confiável.



Jésus Lima

São três candidatos de direita, portanto, o melhor palanque para Lula é unificar a esquerda, a Federação (PT-PV-PCdoB), ampliar com PSB e outros. É ruim a Federação renunciar ao tempo de TV para apoiar um candidato que alijou a esquerda. Se a questão é governabilidade deve se priorizar primeiro ganhar a eleição, depois ver a governabilidade. O que dá mais governabilidade? Um

governo de estado ou uma vaga ao Senado? O PT não pode reduzir a sua história em Minas a implorar apoiar um candidato que não tem sintonia ideológica ou programática. Pragmatismo tem limite.

**OT: “Até reestatizar a Vale”. Foi o que te levou a ser candidato?**

Sim, acho que o PT tem um lugar a ocupar na luta pela reconstrução,

transformação do Brasil e de Minas. O PT tem que mostrar a sua cara em Minas. Por isso, apresentei a candidatura quando vi o rumo que as coisas tomavam. O PT é a maior ferramenta que o povo pobre e trabalhador tem no estado. Precisamos pegar a ferramenta e fazer várias coisas: precisamos enfrentar essa mineração desenfreada e predatória, se for o caso, até reestatizar a Vale do Rio Doce. Precisamos acabar com a fome, construir educação e saúde de qualidade. Precisamos radicalizar na participação popular. E estou surpreso com a receptividade da pré-candidatura na capital e no interior. A companheira percebeu que o nosso jogo é radicalmente em prol do PT.

**OT: O DAP diz que Lula, para atender as reivindicações e transformar o Brasil, precisará lutar pela Assembleia Constituinte Soberana. Qual a sua opinião?**

Vejo com muitos bons olhos. O exemplo do Chile é muito bom, e quem sabe essa polarização que está tendo, salutar para democracia, possa amadurecer a consciência do povo brasileiro dando as condições para se instalar uma Constituinte no Brasil.



# CONSTITUINTE SOBERANA COM LULA PRESIDENTE

**DAP promove em julho encontro nacional: abrir a via das reformas necessárias**

Diálogo e Ação Petista fará em julho próximo o ato nacional Constituinte com Lula. Será um ato presencial, em São Paulo, com previsão de presença de delegações de vários estados.

O Comitê Nacional do DAP, em reunião no dia 2 de maio, delegou à sua Secretaria a definição do dia, horário, local e outros detalhes da organização do encontro.

O DAP considera que, uma vez eleito presidente (embora não esteja nada decidido, esta é uma possibilidade muito concreta), Lula assuma como primeira tarefa de seu governo dar passos no sentido da convocação da Assembleia Nacional Constituinte Soberana. Esta é uma necessidade para garantir que as reivindicações da classe trabalhadora e da grande maioria do povo possam ser de fato atendidas.

Um novo governo Lula encontrará um país devastado pelo golpe de 2016 e pelos governos Temer e Bolsonaro. Estará colocada desde o primeiro dia a questão de como avançar nessas condições e com estas instituições.

Como disse o companheiro José Genoino no debate sobre a Constituinte promovido pelo DAP em 19 de março, “Como governar com teto de gastos? Como governar com tutela militar?” Pode-se acrescentar: como governar com este Congresso, este Judiciário e

todas as demais instituições?

Assim, o ato Constituinte com Lula tem um grande significado político: afirmar a necessidade de reformas profundas (política, militar, do Judiciário, agrária, urbana, tributária, da mídia e outras) e garantir a soberania nacional. E isto só será possível dando a palavra ao povo numa Constituinte Soberana.

Os grupos de base do DAP estão chamados desde já a desenvolver essa discussão e começar a organizar suas delegações ao ato nacional Constituinte com Lula, em termos políticos e materiais.

## Encontro Nacional

No mesmo final de semana do ato Constituinte com Lula, o DAP realizará uma plenária nacional.

Além do debate político, os militantes discutirão também a renovação do Comitê Nacional.

**Roberto Salomão**

## Um cafezinho para o DAP

Neste momento de aguda crise econômica, social e política, o DAP vem se afirmando como uma referência importante para a luta dos trabalhadores. Os eventos recém realizados (Constituinte, guerra na Ucrânia) atestam este papel.

## CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE (“UM CAFEZINHO POR MÊS”)

[WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE](http://WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE)



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Agência: 0454 | Operação: 013  
Conta Poupança: 00013198-0  
Em nome de Paulo Farias  
(CPF: 469.415.410-91)

É imprescindível que o DAP possa manter sua ação independente, e isto passa por sua independência financeira.

Para realizar o ato Constituinte com Lula, os grupos de base precisam organizar a arrecadação de recursos. E todos sabem como fazemos isso: um cafezinho, por mês, para o DAP.

## Candidaturas em discussão

O Comitê Nacional do DAP abriu o debate sobre as candidaturas à Câmara

Federal e às Assembleias Legislativas: quais candidatos e candidatas o DAP deve apoiar?

Este debate terá prosseguimento, mas alguns pontos básicos já podem ser adiantados: a posição do DAP sobre a necessidade da Constituinte Soberana e sobre a guerra na Ucrânia (não à guerra!), bem como a defesa de um programa de emergência que atenda às necessidades mais sentidas pela população. A discussão das candidaturas será feita em torno desses pontos.

## O DAP e a Federação

Instituída a Federação partidária PT-PCdoB-PV (só falta o aval do TSE...), está em debate como serão preenchidos os postos na Assembleia Geral e na Executiva.

O PT terá 75% dos cargos em ambas as instâncias.

Pela proporcionalidade interna das forças no PT, o DAP terá direito a uma vaga na Assembleia Geral e a uma, também, na Executiva.

O Comitê Nacional aprovou a participação nessas instâncias da Federação. Trata-se de levar um combate político, propostas e fiscalização.

A Secretaria do DAP ficou encarregada de indicar o nome para esses cargos.

## NÃO À GUERRA! UM CHAMADO AOS PETISTAS

O ato-debate “A guerra na Ucrânia e suas consequências na Europa”, promovido pelo DAP no dia 18 de abril, com Lucien Gauthier, militante do Partido Operário Independente-POI da França, deve ter uma continuidade política. É o que exigem a relevância do tema, o debate que tem suscitado em todo o mundo e as consequências econômicas e sociais do conflito.

No Brasil, não é diferente. No interior do PT e em outros partidos de esquerda, em sindicatos e entidades populares, é uma discussão inevitável e necessária.

No ato-debate, o companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh, do Comitê Nacional, leu a Declaração do DAP “Não à guerra. Solidariedade ao povo ucraniano”, dirigida a todos os petistas. A Declaração será entregue oficialmente a Lula e à presidente Gleisi.

Para ajudar essa discussão no interior do PT, reproduzimos abaixo um



trecho da Declaração:

“O PT não pode – e não deve – silenciar sobre esses trágicos fatos que estão ocorrendo na Ucrânia sob pena de anular seu caráter de partido de trabalhadores, que visa a uma

sociedade mais fraterna e igualitária.

Menos ainda, silenciar ou fazer vistas grossas ou mesmo tentar justificar as injustificáveis ações de PUTIN, somente porque um dia, durante a antiga União Soviética, houve uma

proximidade, em função da revolução proletária com vistas ao socialismo. Não. A Rússia de hoje, com PUTIN, não mantém a mais pálida lembrança da tradição daquela época. Essa invasão russa não admite idolatrias cegas ou ufanismos saudosistas.

Nós do DAP queremos fazer esse debate com toda a militância petista. Vamos defender nossa visão internacionalista. Nossa visão socialista.

Nós do DAP dizemos em alto e bom som: Não à Guerra na Ucrânia!

O povo ucraniano – como todos os povos do mundo – tem direito à sua autodeterminação.

Nós, do DAP, não temos compromissos com a barbárie e com o genocídio. Nem com as guerras que defendem interesses capitalistas. Em nosso País, o inominável do Planalto simpaticizou com Putin, enquanto o vice, o estrelado general Mourão, simpaticizou com Biden. Como se vê o inimigo está em nosso próprio País.”

# Afinal, o que explica um 1º de Maio tão fraco?

Ato nacional no Pacaembu (São Paulo) reúne cerca de 5 mil manifestantes

Não faltavam motivos para a realização de atos importantes de 1º de Maio – dia internacional de luta da classe trabalhadora – no Brasil neste ano de 2022.

Afinal, num mundo sacudido pela guerra no coração da Europa, os salários aqui estão corroídos e perdendo para a inflação, o desemprego atinge mais de 12 milhões de brasileiros e brasileiras, a precarização das relações do trabalho resultante da reforma trabalhista (veja abaixo) é crescente. Ao mesmo tempo, estamos num ano eleitoral e a candidatura de Lula aparece aos olhos do povo trabalhador como uma esperança de reversão dessa situação terrível.

Mas, o ato principal de 1º de Maio, realizado unitariamente por nove centrais sindicais na Praça Charles Miller em São Paulo, reuniu num clima morno apenas cerca de 5 mil pessoas, se arrastando das 10 horas da manhã até o final da tarde, sem adotar qualquer medida de mobilização para o próximo período, sem qualquer reivindicação clara que dissesse respeito às condições de vida e trabalho, com uma sucessão de discursos eleitoreiros em favor de Lula. Curiosamente, o próprio Lula, que falou já ao final da tarde, disse que “ainda não era candidato”, pois,



Lula fala no 1º de maio na Praça Charles Miller

como se sabe, sua candidatura será lançada num ato fechado também em São Paulo (Expo Norte) em 7 de maio.

## Colhendo o que se plantou

É bom lembrar que em 2020 e 2021 as mesmas centrais sindicais fizeram atos de 1º de Maio virtuais, alegando a pandemia, que reuniram na telinha “amplas frentes”, com a presença de FHC e outros inimigos da classe trabalhadora. Houve quem

achasse que em 2022, seria diferente, por ser presencial. Mas não houve grande esforço das centrais sindicais e de seus sindicatos filiados em mobilizar os trabalhadores para participar do ato. Os dirigentes agiram como se bastasse montar o palanque e chamar o Lula para falar e a missão estava cumprida...

A paralisia da CUT, prisioneira de consensos e conchavos entre dirigentes no “Fórum das centrais”, é claro, teve maior peso, pois ela tem uma

capacidade de mobilização maior que as demais, mas a letargia atinge o conjunto do movimento sindical brasileiro, hoje perigosamente afastado dos locais de trabalho e priorizando ações institucionais “por cima”. Felizmente os atos bolsonaristas marcados em algumas capitais para enxovalhar a data maior de luta da classe trabalhadora foram muito fracos.

Mas fica o alerta: os atos de 1º de Maio deste ano, em particular o de caráter nacional realizado em São Paulo, demonstraram a pouca capacidade de mobilização das organizações sindicais, a ausência de uma pauta concreta de luta por aumento geral de salários, pelo tabelamento dos preços da cesta básica, pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, contra as privatizações e em defesa dos serviços públicos.

É certo que em colunas, faixas e pirulitos, como os do DAP, apareceram reivindicações concretas em atos do 1º de Maio ao longo do país e no próprio Pacaembu, mas não havia tal disposição por parte das direções das centrais que os organizaram. Ainda é tempo de retomar um sindicalismo combativo que incida na luta de classes.

Julio Turra

## Revogar as reformas trabalhista e previdenciária

É o primeiro passo necessário para restabelecer direitos e avançar

Em 4 de maio, na sede da Força Sindical em São Paulo, o Solidariedade fez o ato de apoio à candidatura de Lula à presidência. Na ocasião, o anfitrião, deputado federal Paulinho da Força, em sua fala fez questão de dizer: “Esquece essa história de reforma trabalhista, ganha a eleição e eu resolvo com Marcelo Ramos na Câmara em dois meses”.

Não é a primeira vez que Paulinho, como bom pelego que é, minimiza a importância de incluir na campanha eleitoral o tema da revogação da reforma trabalhista, seja dizendo que só é preciso rever alguns pontos, seja, como fez agora, para dizer que ele e outros deputados podem dar um “jeitinho”. Na verdade trata-se de uma questão central que sim deve estar presente na campanha eleitoral e no programa de Lula.

Sim, pois desde a adoção da reforma trabalhista em 2017 no governo Michel Temer (MDB), a promessa era geração de 6 milhões de novos empregos para

os trabalhadores. Em 2021, segundo dados do IBGE, o país tinha 91,297 milhões de ocupados, comparando com 2016 que era 90,344 milhões, um pequeno crescimento de ocupados, mas aqui os trabalhadores tiveram um recuo na massa salarial e empregos precários com redução de direitos, pois a reforma retirou mais de 100 itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Já os desempregados foram de 11,907 milhões para 13,888 milhões, aumento de 16,6% e ainda assim um aumento do emprego informal, o que gera um grave problema no sistema previdenciário, pois quanto mais trabalhador informal, menos recursos para as futuras aposentadorias.

A tarefa da CUT é de levar uma batalha intransigente pela “revogação das reformas trabalhista e previdenciária e de todas as medidas que retiraram ou reduziram direitos, enfraqueceram e afastaram os sindicatos da regulação de direitos”. É o

que afirma a Plataforma da CUT para as eleições vindouras, com razão.

Mas, vira e mexe, esse debate desliza. Assim a pauta das centrais entregue a Lula, diz que é para “revogar os marcos regressivos da legislação trabalhista e previdenciária”, e no próprio site da CUT vemos matérias que falam em “revisão da reforma” (28/4/22). Para que essa confusão?

## Acordo na Espanha é referência?

O que ocorreu na Espanha no caso da reforma trabalhista foi um acordo tripartite, que reuniu governo, entidades patronais e duas centrais sindicais (UGT e CCOO), para discutir e chegar a um acordo, ainda que recuperasse a ultratividade das convenções coletivas e a prevalência de acordos setoriais sobre os de empresa (só para salários), mantém os pilares das reformas de Zapatero (PSOE) de 2010 e de Rajoy (PP) de 2012, o que está longe de ter revogado a reforma trabalhista, um consenso onde os trabalhadores

continuam perdendo, assim a batalha para revogar a reforma trabalhista continua.

## E no Brasil...

Aqui no Brasil, nossa luta deve ser clara, a CUT e todo o movimento sindical devem exigir de Lula o compromisso com a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e retomar todos os direitos retirados. Vacilar nesta questão é vacilar na defesa dos direitos. É necessário restabelecer os direitos e neste patamar discutir os pontos que o movimento sindical exige melhorar.

Esse é um embate que deve ser levado junto aos trabalhadores, nos locais de trabalho, para a devida mobilização, pois a situação da classe é lastimável, e no combate pela eleição de Lula, levantar essas bandeiras e um programa de emergência para transformação e reconstrução do país.

João B. Gomes

# Metalúrgicos dizem não à proposta da CSN

Com 6396 contra 262, metalúrgicos mostram que a resistência continua.

Em 27 de abril os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) rejeitaram a nova proposta da empresa, negociada com a direção do sindicato. Dos cerca de oito mil trabalhadores diretos da CSN, 6396 rejeitaram a proposta e apenas 262 apoiaram.

Durante a pandemia e até mesmo antes dela, a CSN vinha batendo recordes de lucro, ao passo que continua pagando o pior salário do Brasil para metalúrgicos.

Dentro da empresa, a falta de manutenção dos maquinários tem colocado em risco a vida dos trabalhadores. Faz parte do dia a dia dos operários da usina e familiares de Volta Redonda, notícias de acidentes e mortes dos metalúrgicos. Tudo isso sob a pressão do patrão que obriga turnos cada vez mais pesados aos trabalhadores.

Recentemente, paralisações nos setores dentro da usina mobilizaram milhares de trabalhadores que



Metalúrgicos da CSN, Volta Redonda (RJ)

construíram uma marcha até a sede do sindicato para exigir da diretoria que a negociação fosse a favor do interesse dos trabalhadores que querem um reajuste justo e melhores condições de trabalho. A marcha, construída de forma independente, deu o tom do tipo de resistência que os operários estão dispostos a fazer.

Após as mobilizações, a CSN demitiu por volta de 100 trabalhadores, tentando intimidá-los e, mesmo assim, a resposta na votação do acordo coletivo deu o tom do espírito dos operários. Disseram um uníssono não à direção da empresa! O Tribunal Regional do Trabalho, em 3 de maio deu ganho de causa aos 10 primeiros demitidos (da

comissão que organizou as paralisações), num parecer que reconhece o legítimo direito à paralisação e determina a reintegração aos seus postos de trabalho.

## A resistência continua

As demissões que a diretoria da CSN fez após as paralisações foram com intuito de desmobilizar os trabalhadores. As paralisações diminuíram, mas a resistência segue. Mesmo sob pressão para que os trabalhadores aceitassem a proposta da empresa, esta retumbante recusa confirma o espírito de resistência que a categoria demonstrou. Segundo a direção do sindicato, ligado a Força Sindical, a negociação com a empresa vai continuar, até chegarem a um denominador comum. Pelos corredores da empresa o que os peões falam é que: "abaixo de 15% de reajuste, não tem conversa!"

Jeffei

## Vitória em Juiz de Fora

Com luta, professores, conseguem conquistas para toda categoria

Em assembleia no dia 28 de abril, o magistério municipal de Juiz de Fora aplaudiu de pé o anúncio feito pela diretoria do sindicato dos professores (Sinpro) de que a prefeita Margarida Salomão (PT) havia aceitado a contraproposta da categoria que garantia a aplicação do índice de 33,24%, referente ao reajuste do Piso Nacional, para todos os educadores ativos e aposentados, efetivos e contratados.

### Conquista da luta

Em resposta às propostas iniciais

da prefeitura que condicionavam à concessão do reajuste à retirada de alguns direitos (gratificações e adicionais) ou estabelecia reajustes diferenciados que quebravam a carreira, os servidores aprovaram, em uma demonstração de unidade, uma contraproposta para aplicação linear do índice de 33,24% da lei do Piso Nacional, para toda a categoria, ainda que de maneira escalonada em 2022, mas garantindo o pagamento da retroatividade a 1º de janeiro deste ano.

Foram necessárias cinco assembleias, quatro paralisações de 24h

com adesão de 90%, além da aprovação de um indicativo de greve, para que a prefeitura avançasse na mesa de negociação e cumprisse aquilo que a categoria, que havia votado maciçamente para eleger Margarida 18 meses antes, esperava da prefeita.

No anúncio do reajuste à imprensa Margarida defendeu que "há um consenso internacional, que reúne forças políticas muito distintas da esquerda e da direita de que para se ter um salto na educação, é preciso uma remuneração adequada dos trabalhadores e trabalhadoras (...)". Difícil ver esse tal

"consenso" ir além das palavras. Até aqui, foi principalmente diante dos governos do PT, da própria Margarida em JF, da prefeita Marília Campos em Contagem ou de Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte, que os professores conquistaram, pela luta, o reajuste linear do piso.

Não por acaso, durante a assembleia do dia 28, quando uma professora lembrou a importância deste fato, um grito uníssono tomou a multidão: "olé, olé olá, Lula, Lula".

Gilberto Paulino

## Campanhas salariais de servidores

Resistência, obstáculos e vitórias

Em todo o país, servidores públicos das três esferas desenvolvem mobilizações como reação à disparada de preços de itens básicos como alimentos, energia e gás de cozinha, agravando um longo período de congelamento salarial. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) – considerado uma prévia da inflação oficial do país – ficou em 1,73% em abril, a maior taxa para o mês desde 1995.

Os servidores federais lutam pela reposição linear emergencial de 19,99% referentes aos três anos de governo Bolsonaro. Sob pressão dos trabalhadores, o governo anunciou um índice de 5% sem contudo chamar os sindicatos para qualquer negociação. Mesmo este índice foi

colocado em questão por Bolsonaro porque "não agradava ninguém". Sua declaração se dá em meio a tentativa de acomodar as promessas feitas aos policiais federais, rodoviários e penais de reestruturação de suas carreiras.

Já os servidores do judiciário federal foram recebidos pelo Diretor-Geral do STF no dia 27 de abril e receberam a promessa de aplicação do índice do governo federal e/ou um novo projeto de reajuste para 2023.

Uma audiência pública foi convocada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, Paulo Guedes está convidado. O calendário dos federais dos três poderes deve ser intensificado a exemplo

das greves e mobilizações em curso no INSS, Banco Central e Receita.

### Nos estados e municípios

Em 3 de maio, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou um "reajuste" de 6% linear para os servidores, que estão com os salários congelados há mais de sete anos e amargam perdas de até 58%. O governo aproveitou a dificuldade de mobilização das categorias depois de dois anos de trabalho remoto para impor um "reajuste vergonhoso" como denunciam as entidades.

Em Curitiba (PR), no dia 29 de abril, centenas de escolas estaduais aderiram totalmente à greve convocada pela APP-Sindicato e ao menos cinco mil pessoas participaram de

uma grande marcha na capital.

Em Minas, o governador Zema (Novo), derrotado pela mobilização dos servidores que cobravam reajuste salarial e professores que exigiam o pagamento do índice de correção do piso nacional, ingressou no judiciário com uma ação pela extinção da política de pagamento do piso no Estado. O sindicato convoca uma paralisação estadual no dia 6.

Na cidade de São Paulo, 3 mil servidores municipais se manifestaram em frente ao gabinete do prefeito Ricardo Nunes (MDB), para exigir reposição salarial. Há anos os servidores recebem "reajustes" de 0,01% e cobram 46% de recomposição das perdas acumuladas.

Marcelo Carlini

# O TRABALHO<sup>PT</sup> ESPECIAL EUROPA

de 5 a 19 de maio de 2022

## GUERRA NA UCRÂNIA

# Nem Putin, nem Otan!

Lucien Gauthier, de Informações Operárias, Paris

Na terça-feira 26 de abril, os Estados Unidos convidaram 40 países para uma base estadunidense em Ramstein, Alemanha. Não era uma reunião da Otan, cuja cúpula está marcada para 29 e 30 de junho em Madri. Foi uma reunião de iniciativa dos EUA, convidando 40 países, a maioria dos quais não são membros da Otan, em território alemão, para discutir a guerra na Ucrânia!

O mito da defesa europeia, da União Europeia (UE) como uma força internacional, já é passado. A UE está sendo varrida pela crise que ocorre exatamente em território europeu. O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken,

em visita a Kiev, deixou claro que na guerra na Ucrânia trata-se do "enfraquecimento da Rússia". E para isso não importa o destino do povo ucraniano, esta guerra deve ser prolongada, daí a entrega maciça de armas. Em dois meses, os EUA despejaram 4 bilhões de dólares em armas na Ucrânia.

A guerra na Ucrânia – com gás e petróleo ao fundo – expressa a crise de decomposição do regime capitalista parasitário, que arrasta a humanidade para a barbárie, a fim de tentar sobreviver a si mesmo.

A situação atual é o produto retardado do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos anos 90, que viu os

remanescentes da burocracia stalinista se apoderarem das antigas repúblicas da ex-URSS e, incitando ao nacionalismo, estabelecerem o seu domínio.

Os oligarcas que dominam a maioria dessas repúblicas, particularmente a Rússia e a Ucrânia, que pilham as suas riquezas, são produto direto dessa decomposição da URSS. Para os Estados Unidos, a guerra deve durar.

A saída para a situação está na mensagem que veio da Rússia para a Conferência de Emergência Europeia de 9 de abril último: uma federação de Bielorrússia, Ucrânia e Rússia, livre dos oligarcas e da opressão.



"Dinheiro pra aposentadoria, não pra bombas"

## INTERVENÇÕES NA CONFERÊNCIA EUROPEIA DE EMERGÊNCIA. PARIS, 9 DE ABRIL, 19 PAÍSES (OT 898)

### ALEMANHA

# "Bombas e mísseis agravarão problemas sociais"

Svetlana Zingraf, professora

Meu nome é Svetlana Zingraf. Emigrei do Cazaquistão para a Alemanha em 1995 com meus pais. Sou professora em Heilbronn de russo, alemão e filosofia. Desde 2015, também ensino crianças que fugiram da guerra na Síria ou no Afeganistão. Vieram para o sul da Alemanha porque diziam que aqui pagava-se bons salários na indústria mecânica e automotiva. E agora? Os pais muitas vezes não têm emprego e as famílias levam uma vida reduzida ao mínimo. Outros ainda tem contratos de trabalho precários na limpeza, entrega ou distribuição.

E os jovens? Estão sob a pressão de aprender alemão rapidamente para estarem disponíveis no mercado de trabalho e ajudarem financeiramente seus pais aqui ou no país de origem. Mas falta apoio aos jovens que têm

muito poucas aulas de alemão por falta de professores.

Os políticos dizem que não há dinheiro. E agora, como num passe de mágica, abre-se a porta para o chanceler Scholz liberar 100 bilhões de euros para a indústria de armas, retirados de nosso dinheiro e das gerações futuras, para a guerra. Isso significa que nos próximos anos não teremos quase nenhum investimento em escolas e creches ou saúde.

Nestas áreas não se pode especular tanto como com bombas, tanques, mísseis e drones de guerra. Não aceitamos que nosso futuro e o de nossos filhos seja sacrificado no altar do lucro de curto prazo. Não permitiremos que as forças destrutivas sejam mais valorizadas do que as produtivas. No ano passado, alunos, pais e professores de nossa escola foram

para a rua juntos exigir melhores condições nas escolas.

Os colegas publicaram uma resolução que dizia 'Não' à redução de funcionários nas crches. É um sinal da política de austeridade. Na reunião de pais e mestres na creche dos meus filhos, concordamos que apoiáramos ativamente os professores na próxima greve, e que nós pais também estaríamos lá! Somente através da solidariedade maciça nossas exigências ganham peso e é só com esta força que podemos forçar os dirigentes políticos a nos responder.

Todos os pais querem uma boa educação para seus filhos. Todos queremos um sistema de saúde que funcione bem. Todos querem poder viver de seus salários em sociedade. Todos querem ver seus filhos crescerem em paz. Isto é o que todos temos em comum, seja qual for a nossa língua ou a nossa nação. Por isso que devemos permanecer unidos como trabalhadores, continuar o diálogo e seguir ativos.

As decisões políticas atuais ajudam o sistema capitalista a desequilibrar o setor social. Por exemplo, meus sogros da Rússia relatam que os idosos que não têm um pedaço de terra para plantar e não conseguem viver de sua aposentadoria, por isso dependem do apoio financeiro de seus filhos.

As sanções já começam a ter impacto na população. Putin e seus oligarcas não se importam! A carteira da população emagrece. Como aqui, lá na Rússia tudo está mais caro, as prateleiras dos supermercados estão se esvaziando. Teme-se que as sanções também afetem o setor da saúde, que não haverá mais medicamentos suficientes porque os componentes necessários para fabricá-los vinham do Ocidente.

Todos sabemos que há apenas um vencedor na guerra, a indústria do armamento! 100 bilhões para a indústria de armas é o que cria as oportunidades para atrocidades como em Bucha (cidade da chacina russa na Ucrânia – NdE), porque nunca houve uma guerra sem atrocidades. Não é este tipo de investimento que reduzirá o fluxo de refugiados, ao contrário, irá aumentá-lo.

Precisamos de investimentos sociais (educação, saúde etc.) para evitar que a população e aqueles que buscam aqui proteção, sejam jogados uns contra os outros. No momento, as políticas dos governantes servem apenas aos interesses de alguns poucos. Bombas e mísseis não resolverão problemas sociais, ao contrário, só os agravarão. Devemos todos lutar juntos para tornar a paz possível, sem guerra. Vamos buscar este objetivo juntos para nós e nossos filhos.



## GRÉCIA

# “Contra o inimigo em nosso próprio país”

Panagiotis Xoplidis, NAR, Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI)

Condenamos a escalada militar causada pelos EUA, a Otan, a UE, o regime de extrema direita da Ucrânia, por um lado, e pela Rússia, por outro. Também condenamos a inaceitável invasão russa da Ucrânia, que se transforma numa longa guerra com milhares de mortos e feridos e milhões refugiados.

Nada justifica ambas as estratégias. A “defesa da liberdade, independência e integridade territorial da Ucrânia e da Europa” e a “aliança democrática contra os regimes autoritários”, como dizem os EUA, a Otan e a UE, são falsas. Assim como a “defesa dos russos e dos russófonos na Ucrânia” e a “desnazificação”, como diz Putin.

O principal objetivo dos EUA é fortalecer a Otan e o retorno gradual da Turquia à coalizão. Um objetivo é a UE explorar os recursos energéticos da região.

O capital grego procura aumentar lucros pela compra por armadores gregos de navios-tanque de Gás Natural Liquefeito e a participação em novas redes de energia.

A estratégia do governo grego da Nova Democracia desperta preocupação popular. Dando continuidade à política dos governos anteriores (Nova Democracia – direita; Syriza – esquerda; e Pasok, socialista - NDE), e especialmente do Syriza no âmbito da “aliança estratégica”,

a Grécia aderiu aos planos dos EUA e da Otan nos anos 2020. O acordo de cinco anos concluído pela Nova Democracia a ser votado no parlamento sobre as bases, torna a Grécia área estratégica para os planos militares, reforçando o apoio grego aos planos dos EUA e da Otan.

Isso revela a ambição do Estado e do capital gregos de obter um lugar na região. O acordo com a França, o armamentismo, o apoio às missões militares da UE na África e os planos para um exército europeu evidenciam o perigo.

Os povos nada têm a ganhar com a competição imperialista. A luta constante contra o “inimigo em nosso

próprio país”, os acordos da Grécia com os EUA, a França e as potências, contra o capital e o governo que se aliam à política belicista dos EUA e da Otan é a única forma de garantir a paz.

A questão crucial é a ligação entre a luta antiguerra e a luta de classes. À medida que os governos tentam jogar todo o peso sobre os trabalhadores (energia e alimentos caros, déficits e dívida pública), é muito importante formar um quadro unificado de reivindicações antiguerra, de classe, e um movimento. Ele deve impedir uma “aliança nacional” unificada sob a hegemonia burguesa, criando condições para a resistência.

## TURQUIA

## Queremos sair da Otan

Kubilay Cenk, Partido dos Trabalhadores da Turquia (TIP)

Agradeço ao Partido Operário Independente (POI) e à Nova Esquerda Grega (NAR) por convidar o TIP. É incrível ver tantos participantes de todo o mundo.

Gostaria de salientar que não aprovamos a intervenção militar da Rússia na Ucrânia. Entretanto, uma abordagem política internacionalista e antiimperialista não visa apenas ser contra a Rússia. Infelizmente, a maioria da esquerda europeia parece estar na sintonia das classes dominantes de seus países. A principal razão da tensão atual remonta aos anos 90 e ao expansionismo da Otan pós-Guerra Fria. Apesar da justificativa da pretensa “aliança defensiva”,

definimos a Otan como uma aliança de guerra que cometeu crimes de guerra.

Destaco aqui sobre a Turquia, que a crise atual irá remodelar a política internacional bem como a situação regional. Erdogan é apresentado como um líder forte, autoritário, louco e ilógico.

A intelectualidade liberal tende a vê-lo como do lado da Rússia ou de Putin. A realidade é diferente: ele enfatiza que a Turquia está patrulhando o flanco oriental da Otan. As classes dirigentes na Grécia e na Turquia competem para serem melhores e mais úteis à Otan.

Mas Erdogan está longe de ser um

elemento da Otan, e tenta tirar proveito das fraturas entre os blocos de poder.

Erdogan promove drones de combate que vende à Ucrânia. Após a Turquia ser excluída do programa F-35 dos EUA, a Turquia está agora em discussão para receber novos aviões dos EUA. A guerra não terminou, mas qualquer que seja seu desfecho, fortaleceu o poder e a mão de Erdogan, e pode ser suficiente para ganhar outra eleição catastrófica para a classe trabalhadora turca e os povos.

Há vinte anos lutamos contra a ditadura de Erdogan e as políticas de guerra da Otan na região. Agora

também. Nossos deputados condenam publicamente qualquer possível intervenção militar da Turquia na guerra e a venda de armas à Ucrânia. Nosso objetivo é manter a Turquia fora da guerra e parar a venda de armas para ambos os lados. A longo prazo, queremos que a Turquia saia da Otan.

Finalmente, os socialistas devem construir um movimento alternativo. Apelamos a todas as forças progressistas para levantar a bandeira do internacionalismo e unir-se ao movimento antiguerra. A ameaça da guerra catastrófica só pode ser derrotada pela solidariedade internacional entre os povos.

## RÚSSIA

## A repressão no exército russo

Uma segunda e provavelmente mais sangrenta fase da guerra teve início na Ucrânia. Isto foi reconhecido pelos ministros da Defesa das partes. Contudo, na sequência da nova ofensiva no Donbass, muitas fontes relatam uma repressão no seio do exército russo.

O Almirante Igor Osipov, comandante da Frota do Mar Negro, foi detido e demitido. Estão em curso investigações contra o seu primeiro adjunto, o vice-almirante Sergei Pinchuk.

A sua prisão está provavelmente ligada à perda do cruzador

Moskva, que foi atingido pelos mísseis Netuno lançados pelas forças ucranianas.

Muitos comandantes do exército foram suspensos. Entre as razões apresentadas, a mais provável é a enorme perda de soldados.

Os serviços logísticos foram criticados. Alimentação pobre forçando os soldados a comer rações secas e abastecimento insuficiente de combustível no território ocupado.

Esta é a ponta do iceberg que todos podem ver. Há também relatos de funcionários do Estado “desaparecidos”, em particular, Eduard Basurin,

porta-voz do Ministério da Defesa da República de Donetsk. O desaparecimento está ligado à sua declaração sobre a utilização de armas químicas proibidas contra o exército ucraniano em Mariupol pelo lado russo.

Dois comandantes de brigada também foram dados como desaparecidos em Horlivka. A razão provável é a falsificação de documentos para omitir grandes perdas de soldados, enquanto as suas brigadas estão com a metade do seu efetivo.

Quanto aos desaparecidos, é preciso notar que as forças policiais da Federação Russa praticam o

“sequestro” em vez dos canais legais. É possível que as pessoas “desaparecidas” aos olhos da sociedade estejam atualmente detidas provisoriamente, enquanto se efetua a busca. Os seus parentes nada sabem deles, os “desaparecidos” não têm acesso a um advogado.

Será esta repressão apenas o início e haverá mais vítimas? Tudo dependerá do sucesso dos generais de Putin na nova conquista da Ucrânia por um império russo reconstituído. Porque, em tempo de guerra, muitos crimes são perdoados quando a missão de guerra é bem-sucedida.

## “3º TURNO” NA FRANÇA: BLOQUEAR MACRON!

# Eleições: um fato se impõe

Para além das tratativas eleitorais em curso exacerbadas pela mídia, um fato maior se impõe: 8 milhões votaram no primeiro turno presidencial em favor de Mélenchon e de sua orientação de ruptura.

Chega desta espiral infernal de políticas de destruição para liquidar uma a uma todas as conquistas, para fazer trabalhar cada vez mais e condenar à juventude um futuro de

“precarização”.

Este fato – o “bloco popular” de 8 milhões pela ruptura - continua a marcar a situação. A exigência de ruptura estará no centro das eleições legislativas em junho.

O diário patronal Les Echos, neste 3 de maio, conclui o editorial assim: “Mélenchon continua a assustar. E se assusta, não é sem razão. Ele parece se beneficiar de um ‘élan’ que

não se vê no partido do presidente. Temos tanta certeza que Mélenchon não tem chance de levar? E mesmo se não conseguir, ele poderá se tornar a primeira oposição na Assembleia Nacional.

Primeira bancada de oposição e radical, aí entramos em território desconhecido. ‘A Assembleia seria difícil de controlar’, prognostica François Bayrou (líder de direita)

que defende alguém com um perfil político (ele próprio) para novo primeiro-ministro.

Nesse contexto, como impor a elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos, questionada no 1º de Maio? ‘Isso era o único do projeto de Macron. Isso será o combate de Mélenchon’, confessa alguém próximo ao presidente... e inquieto.”

A ver.

## DISPUTA DO PRIMEIRO MINISTRO

# Mélenchon fala no 1º de Maio

“Decidimos passar por cima das divisões porque vocês intervíram com seu voto”

O 1º de Maio marca a fidelidade à história mais profunda dos nossos bisavós pela dignidade dos trabalhadores. São os caminhos percorridos na luta e na união. Não esqueçam nunca, nada foi concedido, tudo foi conquistado!

O 1º de Maio é pela diminuição do tempo de trabalho. Que significa a parte que retorna ao capital deve ser menor, e a que retorna ao trabalho deve ser maior. É isso que se discute hoje. Se obtivemos a jornada de oito horas em 1919, não é porque eles estivessem de acordo em dar, mas porque tinham medo da revolução que se espalhava pela Europa. A batalha é entre o tempo restrito e o tempo livre. Aqui está, diante de nós, uma eleição que nos permite vencer àqueles que têm a intenção de deixar-nos trabalhando até os 65 anos.

Nem um dia, nem uma hora, não lhes faremos a menor concessão. O sentido da União Popular é a liberdade dos assalariados. O seu direito é o direito à vida. Eis de que direito à vida falamos nós! Estamos no combate, não há um momento de brincadeira. Vocês têm o direito a explicações sobre o ponto que estamos nas discussões que se desenvolvem. Se tomamos a decisão amadurecida de sacrificar tudo aos objetivos da luta, de passar por cima de rancores, alguns que eram fundamentados, que me seja permitido dizer, decidimos passar por cima das divisões que tinham uma razão profunda e que só pudemos superar porque vocês intervíram com seus votos para decidir para que lado vocês querem que as coisas caminhem.

### “Terceiro turno”

Há um desafio concreto após a eleição (presidencial). Vocês têm quatro



Mélenchon no 1º de maio

blocos. O primeiro é o da direita e dos liberais; o segundo é o da extrema-direita; o terceiro somos nós, o bloco popular; e o quarto são os 12 milhões de pessoas que não foram votar. Admitamos que havia metade com ‘problemas na inscrição’; restam 6 milhões. Esses 6 milhões podem decidir. Cabe a nós, em primeiro lugar, reunir de novo todas nossas forças para que se reencontrem nos votos, para que se reencontrem nas urnas com a possibilidade de vitória que se apresenta diante de nós. É o terceiro turno de qualquer forma (eleições legislativas em junho). Para que tenhamos um governo da União Popular, é necessário que elejam o deputado que se apresenta sob a etiqueta da ‘Nova União Popular’, para a qual estamos trabalhando. Sim, ela é nova porque pode se entrar na luta, ao lado da imensa força que vocês constituíram e que pertence a vocês, essa força da União Popular, com

seus 22% na eleição presidencial, a massa imensa dos que podem, ao se agrupar, fazer uma maioria e conquistar a vitória.

Claro, vocês têm direito a explicações. Eu lhes dou as que posso, pois vocês são todas e todos mulheres e homens capazes de compreender que quando estamos numa discussão, há um esforço para buscar as condições do sucesso e que, às vezes, uma palavra pode causar problemas. Demos a garantia a cada um dos que vêm discutir conosco de que eles terão uma bancada na Assembleia Nacional. Demos a garantia de que todos os pontos onde há interrogações, e que buscamos desatá-los positivamente, pode-se fazer isso e o fizemos. Penso, por exemplo, na questão da União Europeia. Dissemos que nossa intenção não é, tendo um presidente como o que temos, provocar uma crise mais. Em consequência, não sairemos da UE no

tempo de duração do mandato, mas dizemos claramente: a desobediência (proposta) não é em geral, não é uma postura ideológica. Eu não irei dizer ao governo alemão: ‘Olá, eis aqui os desobedientes’. Eu irei dizer: ‘Escutem, façam como queiram, mas nós, sobre tal questão, tal ponto que o povo francês decidiu aplicar em seu país, desobedeceremos se os regulamentos e os tratados europeus nos proibirem de fazer’.

### “Primeiro-ministro”

Estejam certos de que fazemos tudo o que está ao nosso alcance para avançar, somos pessoas determinadas quando nos decidimos. Lutaremos porque nosso objetivo não somos nós mesmos. Não temos interesses diferentes daqueles de todo o grande povo assalariado que tenta viver dignamente de seu trabalho. Não temos interesses distintos. Essa formulação que empresto do ‘Manifesto Comunista’, proponho que cada um a faça sua. Nós não temos interesses distintos, é por isso que fazemos tudo para avançar. Não em direção ao reforço do grupo, vejam vocês que com 17 (deputados na atual Assembleia Nacional - NdE) conseguimos às vezes fazer mais confusão que outros com 200. Não é essa a questão. A questão é se, sim ou não, temos como objetivo a vitória. Não o testemunho, mas a vitória!

Em todos os lugares onde passo, onde passam os companheiros, nos dizem: ‘Ah, é logo mais o terceiro turno, vamos nos reencontrar’. A palavra de ordem foi dada. Todo mundo compreendeu, quando eu disse que é necessário que eu seja o primeiro-ministro. A perspectiva para a qual nos dirigimos é a batalha pela conquista do poder.”

# Insubmissos: “A mão está estendida, mas com um programa de ruptura”

Deputado Eric Coquerel, da França Insubmissa(FI), fala à rádio Franceinfo no dia seguinte ao 2º turno presidencial

**Franceinfo** – Começaram as discussões entre a França Insubmissa e os ecologistas, comunistas, socialistas e NPA (Novo Partido Anticapitalista). Estão indo bem? Caminhamos para uma união da esquerda para as eleições legislativas?



**Eric Coquerel** – “União da esquerda”? Não utilizamos esse termo, pensamos que a soma de várias etiquetas que só teriam como vontade tentar salvar o máximo dos já eleitos, não é o que falta ao país. O que falta é: qual programa se aplica, qual estratégia. Desse ponto de vista, pensamos no programa que sustentamos no primeiro turno com sucesso: 22% dos votos.

Ouvi o senhor Macron falar de “5 anos melhores”. Para que haja “5 anos melhores”, é preciso que não seja aplicado o seu programa, e sim o nosso. Propomos partilhar nosso programa e estratégia, partilhar a União Popular que soube desenvolvê-lo na

eleição presidencial.

**Franceinfo** – Entendi. Efetivamente, é com base no programa, principalmente a aposentadoria aos 60 anos. É difícil imaginar que os socialistas possam se juntar a essa ideia.

**Eric Coquerel** –

Compreendo. Ouvei o senhor Olivier Faure (secretário do PS - Partido Socialista) dizer que era complicado... Cabe a eles avaliar: representaram 1,4% no primeiro turno. Cabe avaliarem se têm vontade de participar daquilo que iremos fazer.

**Franceinfo** – Eles têm muita implantação local.

**Eric Coquerel** – Claro, mas você pode entender que, da forma que eles fizeram durante anos, para grande infelicidade da esquerda, aplicando uma política social-liberal e obrigando todos os seus parceiros a validá-la, você pode entender que, a partir do momento em que temos

uma validação de grande parte dos franceses para o nosso programa, e que é o que precisa ser feito no país, não iremos aviltá-lo em troca de qualquer acordo. A mão está estendida, mas estendida com um programa de ruptura, porque pensamos que é o necessário para o país. Não falamos da aposentadoria aos 60 anos para afastar o PS, não é essa nossa preocupação. Falamos da aposentadoria aos 60 anos porque pensamos que é o necessário.

**“Macron o presidente mais mal eleito”**

**Franceinfo** – A verdade é que é difícil que sem acordo de toda a esquerda vocês chegarão a obter os 289 deputados. Lembro que hoje vocês têm 17.

**Eric Coquerel** – Vou dizer uma coisa: seria muito bom se houvesse um acordo, mas minha preocupação principal é remobilizar todos aqueles que votaram em nós no primeiro turno, todos que, se não ganharmos, sofrerão a aposentadoria aos 65 anos e serão obrigados a trabalhar 20 horas para ter uma RSA (espécie

de renda mínima - NdE) de miséria etc. enfim, a política de Macron. Esse eleitorado não se mobilizará com qualquer acordo, a partir do qual se diria: “Bom, no final das contas eles recomeçaram como nos anos anteriores, não entenderam nada”. Nós mobilizaremos com um programa claro, e, além do mais, o deles só teve no primeiro turno cerca de 1%, então não é a minha principal preocupação.

**Franceinfo** – O que pensa da vitória do senhor Macron?

**Eric Coquerel** – Penso que é o presidente mais mal eleito da 5ª República, com muitos poucos sufrágios entre os eleitores, uma abstenção de 28% e, sobretudo, a senhora Le Pen ganhou, apesar de tudo, 8 pontos em 5 anos, por causa da política de Macron. Vemos que, na realidade, nem mesmo um quarto dos franceses votou no senhor Macron para seu projeto, ele é minoritário neste país. Nada está resolvido politicamente, e é exatamente por isso que pensamos que no terceiro turno poderemos ser majoritários.

COMUNICADO DO PARTIDO OPERÁRIO INDEPENDENTE, POI (\*), APÓS O 2º TURNO PRESIDENCIAL

## Eleições legislativas: juntos, unidos, pelos candidatos da União Popular, vamos com tudo!

Apesar dos discursos ameaçadores após o primeiro turno, apesar das intimidações dos partidos da esquerda e da direita agora esmagados para votar em Macron, 28% dos eleitores não foram às urnas. 8,5% dos eleitores optaram por votar em branco ou nulo. Se somarmos as abstenções, votos em branco e nulos, quase 17 milhões, mais de um terço do eleitorado recusou a lógica infernal em que se pretendia aprisioná-lo.

Este fato importante faz parte da revolta que se expressou contra Macron no primeiro turno presidencial, contra este regime, estas instituições, para varrê-lo, para desmascará-las. Na primeira rodada cerca de 8 milhões votaram a ruptura encarnada pelo candidato da União Popular (UP), Jean-Luc Mélenchon.

De acordo às pesquisas, 40% dos eleitores que votaram em Macron votaram por exclusão. Macron, além

**POI PARTI OUVRIER  
INDÉPENDANT**

*Pour le socialisme, la République et la démocratie*

disso, perdeu 2 milhões de votos em relação a 2017. Le Pen, por outro lado, atingiu a sua pontuação mais alta. Mas não nos deixemos enganar que a maioria dos eleitores de Le Pen são todos “de extrema-direita”, ou “fascistas” como ouvimos na TV. Todos sabem quem é responsável, é Macron que, como todos os seus antecessores, de direita ou de esquerda, não parou de alimentar a direita para assegurar sua reeleição.

Foi a política que provocou a revolta dos Coletes Amarelos, depois a poderosa greve contra a reforma da previdência, forçando Macron a recuar da sua principal reforma. Agora, Macron quer agravar a sua política destrutiva em benefício do capital financeiro que aplaudiu a sua

reeleição.

Em algumas semanas terão lugar as eleições legislativas. Macron e Le Pen têm interesse em repetir o cenário infernal do segundo turno presidencial. De nossa parte, retomamos a fórmula de Mélenchon: “Macron é o programa econômico de Le Pen mais o ódio de classe; Le Pen é o programa econômico de Macron mais o ódio racista”.

**“Assembleia Constituinte Soberana”**

Sabemos da natureza das instituições da 5ª República. Não temos ilusão nestas instituições antidemocráticas que dão poderes exorbitantes ao chefe de Estado, deixam à Assembleia Nacional reduzida a um parlamento apêndice.

Para abrir uma saída conforme à democracia e aos interesses da maioria, é necessário que sejam varridas

estas instituições nascidas do golpe de Estado de 1958. Também sabemos que um grande número de eleitos deputados do polo popular, na orientação de ruptura da UP, abriria enorme crise, uma brecha no coração destas instituições na qual as massas poderiam impor a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, onde o povo definiria a forma e o conteúdo da democracia. Esta seria uma poderosa alavanca para a luta de classe.

A partir de hoje, o POI chama a trabalhar com os milhares que já se reúnem na UP para ampliar “esta imensa força que construímos” a fim de reforçar este polo popular. E nas eleições legislativas, como na eleição presidencial, todos juntos, vamos com tudo!

(\*) O POI é membro do Parlamento da União Popular de Mélenchon

# Ataque à agricultura familiar

Setor é responsável por 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros

Pelo quarto ano seguido, o governo Bolsonaro cortou crédito à agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. No final de abril, sumiram as linhas de crédito do Plano Safra (juros baratos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Custeio).

O Plano Safra, criado por Lula, e o Pronaf estão sendo destruídos por Bolsonaro. Os agricultores reivindicam R\$ 50 bilhões para seu orçamento, mas foram alocados apenas R\$ 39,3 bi - dos quais quase 90% já foram utilizados.

A agricultura familiar, que já vem sofrendo com as mudanças climáticas, espera um enorme prejuízo. Aliás, Bolsonaro nada fizera para amenizar as pesadas perdas com a seca e as enchentes. Somente após muita mobilização, o governo aceitou renegociar dívidas, e dar descontos nos pagamentos dos contratos. O Pronaf Custeio fora suspenso em fevereiro e só retornou, também, depois de longa negociação com os pequenos agricultores.

## Desmonte da Conab e da Embrapa

Para piorar, Bolsonaro está desestruturando a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), anunciando transformá-la em "Agência de Inteligência Estratégica" - voltada a análises econômicas para beneficiar o agronegócio exportador.

A missão da Conab é garantir ao pequeno-médio agricultor preços mínimos e armazenagem de seus produtos. Supre também carências alimentares em áreas desassistidas pelos mercados privados e forma estoques reguladores estratégicos. Compra, assim, excedentes ou vende estoques para desaquecer preços em crises decorrentes de desastres ambientais, guerras ou especulação no mercado de grãos (commodities). É assim um instrumento central no combate à fome e na defesa da segurança e soberania nacional.

Bolsonaro abandonou tais políticas. Em 2019, fechou 27 armazéns da Conab. Em 2015, o país tinha mais de 1 milhão de toneladas de arroz. Em 2020, eram apenas 22 toneladas, o que não garantia nem uma semana



Agricultura familiar põe na mesa 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros

de consumo no país. Hoje a situação é ainda pior.

Outra agência governamental sendo desmantelada é a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Graças a investimentos públicos nas últimas décadas, ela pôde ajudar o enorme desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira. A sua atual diretoria, contudo, está priorizando

parceria com a iniciativa privada para que esta capture, redirecionando as pesquisas ao agronegócio.

Em ambos os casos, tanto Embrapa quanto Conab, seus servidores mobilizam com seus sindicatos em sua defesa.

## Disparada dos preços de alimentos

O fato é que toda essa política do governo Bolsonaro torna ainda mais difícil a produção de alimentos às famílias trabalhadoras nas cidades do país.

O preço médio de alimentos e bebidas no domicílio já cresceu 25% nos últimos 20 meses (desde julho de 2020), conforme medição do IPCA do IBGE. Com os mesmos salários e orçamento, uma família trabalhadora consegue apenas comprar 80% do carrinho de supermercado que enchia em 2020. Vários itens, como carne, café, tomate ou cenoura estão sendo reduzidos ou cortados. E com a alta do combustível, insumo básico à agricultura, a tendência é de continuidade da alta dos custos alimentares.

Alberto Handfas

# Famílias nas ruas: drama vai se agravar

Em 30 de junho vence proibição de despejos durante a pandemia

A rotina dramática dos despejos de famílias sem teto em todo Brasil continuou durante o período da pandemia. Foram milhares de mulheres, homens e crianças postos na rua em centenas de cidades em todos estados.

Mesmo com o protesto e ação de movimentos organizados, o poder judiciário dos estados, invariavelmente, executou com força policial os despejos. Essas cenas foram vistas em cidades pequenas e também na mais rica do país, como São Paulo.

Para fazer frente a essa calamidade cerca de 170 movimentos e entidades lançaram em junho de 2020 um movimento nacional chamado Despejo Zero que conseguiu aprovar uma lei com apoio do Partido dos Trabalhadores e outros partidos, no Congresso Nacional, suspendendo os despejos em outubro de 2021.

Bolsonaro vetou a lei mas o Congresso derrubou o veto presidencial. Com a lei aprovada os movimentos conseguiram frear as reintegrações de posse em muitas cidades. Contudo em 31 de dezembro de 2021 a lei "caducou". Assim, numa ação dirigida ao Supremo Tribunal Federal (STF), a campanha Despejo Zero com apoio do PT e PSOL, conseguiu uma prorrogação final até o dia 30 de junho próximo. E o Ministro do STF Luis Roberto Barroso avisou que era o último prazo para vigência da lei.

## "Insensibilidade enorme"

O cenário que os movimentos deverão enfrentar a partir de julho, em plena campanha eleitoral, preve-mos que seja dramático.

Em entrevista a O Trabalho o advogado Benedito Barbosa, o Dito, líder da Campanha Despejo Zero, afirma

"que só em São Paulo mais de 40 mil famílias estão ameaçadas". Líder nacional dos movimentos de moradia e advogado da Ocupação Douglas Rodrigues em São Paulo, Dito destaca que "a insensibilidade do poder judiciário e dos governos Bolsonaro e Rodrigo Garcia/Dória (SP) é enorme".

Andar hoje pelas ruas de São Paulo é deparar com um cenário dramático de famílias inteiras, trabalhadores, que vivem em barracas ou caixas de papelão por não terem como pagar moradia. Se deixar nas mãos do governo e do Judiciário este drama só vai piorar.

Benedito Barbosa aponta, além da mobilização popular que continua, a perspectiva de um novo projeto de lei no Congresso para "tentar segurar mais um pouco". Segurar mais um pouco sim, mas o que está na

ordem do dia é resolver o problema do brutal déficit habitacional que joga milhares de famílias nas ruas, enquanto a cidade de São Paulo assiste a uma explosão de construção de edifícios de luxo para alimentar a especulação imobiliária.

O problema de milhões de famílias da moradia popular no Brasil não será resolvido com este governo e com estas instituições. Será preciso uma grande mobilização para aumentar a pressão e a perspectiva de uma Assembleia Constituinte Soberana, já começa se ser debatida junto a eleição de Lula como uma necessidade para que se resolva a questão desse judiciário que só decide em favor dos ricos e que coloque no centro das necessidades populares e um grande programa de habitação popular.

Henrique Ollitta

## PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM

Neste dia 4 de maio o Congresso aprovou o piso salarial da enfermagem, previsto no Projeto de Lei 2564/2020. Entidades dos trabalhadores da saúde e sindicatos gerais

de servidores convocaram ato pela aprovação da proposta no estacionamento do Anexo II da Câmara dos Deputados. O piso garante salário mínimo de R\$ 4.750

para a enfermagem, sendo 70% desse valor para os técnicos de enfermagem e 50% para auxiliares de enfermagem e parteiras. O projeto aprovado segue agora para

sanção presidencial.

Enfermeiras e enfermeiros, uma das principais categorias que esteve na linha de frente no combate à Covid-19, merecem que o piso,

uma vez aprovado, seja imediatamente aplicado.

O texto aprovado, com 449 votos a favor e 12 contra, foi relatado pelo deputado Alexandre Padilha do PT.

# Na crise das instituições Bolsonaro avança

Congresso acoberta, STF faz cara de paisagem e milicos põem as mangas de fora

"As instituições estão funcionando" repetem desde 2016 os que apoiaram a destituição de Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade. "Funcionaram" para gestar o golpe, acobertar a corrupção institucional da "operação Lava-jato", retirar Lula da disputa de 2018 e passar pano nos crimes eleitorais de Bolsonaro.

Levado à presidência como produto da latrina dessas mesmas instituições, Bolsonaro nunca escondeu seus intentos golpistas. Ao contrário, é estimulando choques, explorando crises que, como candidato a Bonaparte, ele alimenta sua turba de milicianos, pastores corruptos e fascistóides diversos - que não existia como tal em 2018.

Já depois de eleito ele dizia que só não ganhou no primeiro turno porque houve fraude. Desde então, com avanços e recuos, está em campanha permanente para desacreditar a urna eletrônica brasileira, em funções desde 1996 e reputada como das mais seguras do mundo.

Tentando covardemente apaziguar, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidou as Forças Armadas para participar da Comissão de Transparência Eleitoral (CTE), criada dois dias após o ataque golpista do 7 de setembro de 2021.

A ofensiva bolsonarista prosseguiu e, em 24 de abril, numa palestra por videoconferência, o Ministro Roberto Barroso, do Supremo



Em reunião com Fux, presidente do STF, o ministro da defesa, Paulo Sérgio Nogueira, diz que as Forças Armadas "estão em permanente estado de prontidão"

Tribunal Federal (STF), que até fevereiro presidiu o TSE, verbalizou o que todos sabem: "As Forças Armadas estão sendo orientadas para atacar o processo eleitoral e tentar desacreditá-lo".

A reação furibunda de ministros-generais soa como confissão de culpa. Em nota oficial, ordenada por Bolsonaro, segundo a imprensa, o Ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, "repudia qualquer ilação ou insinuação, sem provas, de que as Forças Armadas teriam recebido suposta orientação para efetuar ações contrárias aos princípios da democracia".

Outro general-ministro, Luiz Ramos, da Secretaria de Governo, ousou atribuir às forças armadas a responsabilidade de zelar por

"eleições democráticas e transparentes". Desde quando? Com base em qual lei?

Mais grave, na mesma declaração da videoconferência, Barroso afirmara (candidamente) que "até aqui não tem ocorrido o esforço de politização das Forças Armadas". Por suas reações, é como se os generais-políticos respondessem a Barroso dizendo: você está se enganando, estamos, sim, politizando as forças armadas!

O militar indicado para a CTE formulou 88 "perguntas" ao TSE sobre as urnas eletrônicas. Nos fatos, é uma forma de calçar o discurso golpista de Bolsonaro. Ainda assim, o presidente do STF, Fux, reuniu-se com o general Paulo Sergio, após sua nota golpista, para tratar da "colaboração dos militares para o processo

eleitoral". Mas dessa "colaboração" é Bolsonaro quem precisa.

A crise é social, econômica, institucional: 13 milhões de desempregados, milhares de sem-teto nas ruas dos grandes centros. Inflação acima de 8% ao ano, salários arrojados. Juros em quase 13% ao ano, o que vai provocar mais desemprego.

O responsável principal é Bolsonaro, mas o STF vai de recuo em recuo diante de seus avanços. Do Congresso, controlado pelo centrão, que mama à vontade no orçamento da república, nada se pode esperar, mesmo diante das dezenas de crimes de responsabilidade de Bolsonaro.

A saída só pode vir da resistência popular a Bolsonaro e seus generais.

Edison Cardoni

## MORO É CONDENADO ATÉ NA ONU

Depois de bancar a orquestração de Moro para prender Lula, o STF acabou por libertá-lo depois que o desastre estava feito. Agora, também o Comitê de Direitos Humanos da ONU, concluiu que Moro foi um juiz parcial, que Lula não teve um julgamento justo, que a condução coercitiva de 2016 foi arbitrária, que a gravação e divulgação ilegal de conversas com familiares e advogados violaram seu direito à privacidade e que seus direitos políticos foram violados por ter sido impedido de disputar a eleição presidencial de 2018.

## Crise dos fertilizantes e o desmonte da Petrobrás

Problema que vem de antes, com a guerra a situação se agrava

A guerra provocada pela invasão Russa na Ucrânia trouxe à tona no Brasil o problema dos fertilizantes, importados em grande parte da Rússia e Bielorrússia. A própria Ucrânia também é exportadora. Terceiro maior produtor de alimentos e quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, o Brasil importa quase um terço desses insumos dos dois países: Rússia (22%) e Bielorrússia (6%).

As sanções impostas pelos EUA e União Europeia a essas duas nações fizeram a cotação dos fertilizantes subir em proporção inversa à disponibilidade no mercado internacional. Como o estoque nacional é suficiente para apenas três meses, o próximo plantio e safra já sofrerão impacto. Para se ter uma ideia, o potássio - um dos principais componentes dos fertilizantes, junto com nitrogênio e fósforo - teve, desde o início de 2021, sua cotação por tonelada elevada

de US\$ 300 para US\$ 1,1 mil. Os aumentos totais já chegam a 180% no produto final.

### Não é de hoje

Vem de antes e é uma questão de soberania. O desmonte da indústria nacional de fertilizantes começou com a privatização da Companhia Rio-grandense de Nitrogenados (CRN) em 1989, ainda no governo Sarney, apoiada na Constituição Federal de 1988.

Logo após, em 1990, já no governo Collor, mais três empresas foram vendidas no famigerado Programa Nacional de Desestatização: a Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A. (NITROFÉRTIL), a Fertilizantes Fosfatados S.A. (FOSFÉRTIL) e a ULTRAFÉRTIL S.A.. Era o prenúncio do desmonte do sistema Petrobrás - fundamental na produção de fertilizantes - que se seguiria, sobretudo a partir da abertura às empresas

privadas por Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

A Petrobrás trabalhou com os preços do mercado mundial por décadas, e os governos do PT apenas amenizaram certos efeitos.

No que se refere aos fertilizantes, em 2006, no governo Lula, o Brasil chegou a produzir 42% do potássio que consumia. Em 2014, durante o governo Dilma, a Petrobrás chegou a manter três fábricas de nitrogenados (Sergipe, Paraná e Bahia), e havia planos de ampliação, com a construção de mais três unidades do tipo.

Mas embora o quadro fosse melhor do que é hoje, ainda esteve longe do necessário.

O principal motivo - e crucial - é que não houve sequer tentativa de reverter nenhuma das privatizações - nesse setor, nem em outro - nem mesmo a Emenda Constitucional de FHC que quebrou o monopólio estatal da Petrobrás.

### O golpe, Temer e Bolsonaro

Hoje o Brasil importa cerca de 80% do total de fertilizantes que consome; 96% do potássio e 85% do nitrogênio e fósforo. Logo após o golpe em 2016 os planos de ampliação foram abandonados. A Lava-jato, a pleno vapor na época, embargava obras e esfacelava a Petrobrás: a obra da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados de Três Lagoas, MS (UFN III) foi interrompida, 80% concluída, sob a alegação de superfaturamento.

Com Bolsonaro foi anunciada esse ano a venda da mesma UFN III aos oligarcas do grupo russo Acron! Bolsonaro também fechou a Fafen-PR, unidade responsável pela produção de 30% de ureia e amônia do país, e a colocou a venda. Em um cenário de risco de queda da produção e da fome que já espregueira, é a soberania alimentar que está em jogo.

Tiago Maciel

# Peru: Constituinte marca 1º de Maio

Pedro Castillo, diante dos gritos que tomaram a praça em Lima, reassume a proposta

Na Praça 2 de Maio em Lima, onde fica a sede da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, a histórica CGTP, realizou-se o ato pelo dia internacional de luta da classe trabalhadora.

Desde o balcão do prédio da CGTP, o presidente Pedro Castillo dirigiu-se aos milhares de manifestantes. Foi a primeira vez que um presidente da República fez isso no Peru. E isso numa situação de crise e instabilidade política aguda que marca o país.

Castillo começou seu discurso anunciando medidas de regulamentação da terceirização, modificações na lei de relações de trabalho de 1992 e outras, além de um aumento no salário mínimo para 1.025 soles (cerca de 1.350 reais). Em meio à



Lima, 1º de maio. Pedro Castillo no balcão da CGTP

sua fala, a praça foi tomada por gritos de “urgente, urgente, Assembleia Constituinte”. O que levou Castillo a dizer: “Ninguém pode tomar dos trabalhadores e do povo o direito de decidir a favor de uma Assembleia Constituinte”.

O presidente fazia referência ao

projeto de lei que apresentou ao Congresso para que se convoque um plebiscito no mesmo dia das próximas eleições para prefeitos e governadores (em outubro) em que o povo decida Sim ou Não à convocação da Constituinte.

## Só a mobilização desde as bases pode impor essa saída

Recordemos que o presidente Castillo, sob pressão das forças do capital transmitida pelos partidos de direita e pelos operadores políticos do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, como Hernando de Soto, havia abandonado a sua promessa eleitoral quanto à convocação de uma Assembleia Constituinte. Agora, diante de uma manifestação de 1º de Maio, ele

oscila e retoma a sua proposta de campanha eleitoral.

Na verdade, isso corresponde a novas circunstâncias geradas por explosões sociais regionais envolvendo o movimento sindical, camponês e popular produzidas recentemente em Huancayo, Puno, Cuzco, Lambayeque, Las Bambas, para ficar nas mais importantes (ver OT 899), que revelaram uma vez mais que a chave principal para encarar as soluções às reivindicações, inclusive para abrir a via para uma Assembleia Constituinte Soberana, será dada pelo grau de centralização e auto-organização social que seja materializado pelos trabalhadores e povo em luta, desde as suas próprias organizações.

Erwin Salazar Vásquez, Peru

## Em Guadalupe, “julgamento da repressão sistemática”

Líder sindical e popular fala sobre audiência do processo que sofre, com acusações falsas

Em Guadalupe, colônia francesa no Caribe, onde há nove meses ocorrem manifestações contra a política do governo, no dia 7 de abril houve a audiência do processo em que Elie Domota, sindicalista e dirigente popular, é acusado de “violência contra autoridade pública”. Na verdade, ele é que foi agredido pela polícia (há vídeos que comprovam), numa das manifestações da revolta.

Domota, que é porta-voz do Coletivo Contra a Exploração (LKP) fala sobre a audiência e a perseguição de que é vítima.

“Fui convocado para o dia 7 de abril as 14h. A princípio, o promotor decidiu não aceitar o caso... sem pedir demissão. Eles vão nomear um juiz de instrução - que eles já tem escolhido. Para retomar o dossiê em sua totalidade e, ao fim, para construir um novo dossiê. E como a perseguição do processo contra mim é muito rápida, dá a eles a oportunidade (e é claro que eles não dizem isso, mas nós sabemos) para iniciar um novo dossiê e tentar nos prender a este ou aquele elemento e até tentar nos passar por bandidos, como pessoas que seriam responsáveis por ordenar ataques a joalheiras, etc., em Guadalupe. Toda a sala e, particularmente os advogados, viram o óbvio e se opuseram a isso, argumentando. A presidência do tribunal e seus assessores finalmente rejeitaram as recomendações do promotor.

Os advogados da polícia estavam



Elie Domota

na mesma perspectiva do promotor, porque viram claramente que o arquivo era uma armação completa para me prender e julgar. Todo mundo viu as imagens. Todo mundo viu o que aconteceu. Por consequência, eles queriam “reparar os danos”, montando um novo dossiê com novas acusações e cancelar o que havia sido feito, enfim, marcar um novo julgamento.

### Julgamento recomeça em 19 de maio

Hoje, nós vamos optar por citar um certo número de testemunhas, incluindo Gérard Bauvert, secretário do Comitê Internacional contra a repressão, sobre as questões de luta e solidariedade internacional. As

outras testemunhas não terminaram de ser adicionadas. Elas serão em 19 de maio, quando o julgamento recomeçar. Eles tem testemunhado sobre fatos relacionados à violência policial, violência cometida pela polícia contra cidadãos de Guadalupe, individual ou coletivamente, durante as manifestações ou lutas sociais. Isso é muito importante porque todas essas intervenções destacam uma coisa: a violência cometida por um policial no exercício de suas funções nunca é sentenciada. E mesmo quando há uma acusação, nunca há uma condenação. Considerando quem foram quase assassinatos (Elie Domota cita muitos casos comprovados e, claro, o assassinato de pelo menos 87 pessoas em maio de 1967), nenhum policial é sentenciado. Também falamos sobre as prisões de novembro e dezembro de 2021. Os jovens foram presos e espancados pela polícia, com o objetivo de mostrar que a polícia, as forças de repressão,

beneficiam em Guadalupe, com um cheque em branco, os termos de repressão e, sobretudo, que não há processos e nem condenação por essa justiça colonial. O julgamento continua em 19 de maio. Há outras duas testemunhas para ouvir e, claro, os argumentos dos advogados.

Tendo assistido o essencial, esta primeira audiência foi, do meu ponto de vista, um sucesso da nossa luta comum. Este não foi o julgamento planejado de Elie Domota, mas o julgamento da repressão sistemática do Estado colonial. Os testemunhos em sua diversidade foram implacáveis. Sua manobra falhou até agora e, a mobilização, tanto internacional quanto as massas reunidas em frente ao tribunal até as 23h, mostrou nossa determinação.

É exatamente isso. Era o julgamento de seu sistema, o julgamento da repressão sistêmica.”

(Extraído do jornal francês **Informações Operárias**)

### CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

Para a nova audiência, em 19 de maio, preparam-se manifestações nas embaixadas francesas e continua a campanha de moções a serem enviadas para:

- **Agência Regional de Saúde de Guadalupe (ARS):**  
ars971-direction-generale@ars.sante.fr
- **Prefeitura de Guadalupe:**  
courrier@guadeloupe.pref.gouv.fr
- **Ministro do Interior:**  
darmanin.gerald@interieur.gouv.fr

- **Ministro da Justiça, A/CdaSecretária Geral do Gabinete:**  
veronique.malbec@justice.gouv.fr

- **Com cópia para Associação dos Trabalhadores e Povos da Caraíba:**  
atpc-caraibe@orange.fr

# Vem aí eleições na Colômbia

No 1º turno em 29 de maio Petro é favorito, direita apela para a violência

As eleições presidenciais na Colômbia em 29 de maio têm como favorito o candidato do “Pacto Histórico” (1), Gustavo Petro, que lidera as pesquisas com mais de 43% da intenção de voto. O ex-prefeito da capital Bogotá deve disputar um 2º turno, em 19 de junho, com o direitista Federico ‘Fico’ Gutiérrez (27%). Depois da posse de Boric no Chile há dois meses e cinco meses antes das eleições no Brasil, as atenções da região se voltam para a possível vitória de Petro.

Há décadas a violência é a ferramenta predileta da classe dominante colombiana contra a maioria do povo. A guerra interna, o deslocamento forçado de populações, o assassinato impune de lideranças populares, sindicais e de esquerda e inclusive de candidatos presidenciais, o narcotráfico e a ingerência militar dos Estados Unidos, estiveram, no país vizinho, sempre à serviço de uma obscena concentração de riquezas. A pandemia aprofundou a pauperização e precarização do trabalho, o desemprego e insegurança alimentar, levando à aceleração dramática da crise estrutural do país, o que se expressou em 2021 no “Paro Nacional” de mais de 40 dias contra o governo de Iván Duque e o

uribismo (2).

Na campanha eleitoral o terror voltou ao cenário urbano, com atentados com maletas-bomba em Bogotá. Em 30 de abril, Petro denunciou ter sofrido ameaças de morte de um grupo paramilitar. É o regime uribista, ferido de morte pela mobilização popular, que se recusa a sair de cena.

## A chapa Petro e Francia

O avanço da consciência e da luta de amplos setores populares é o que está por trás do favoritismo de Petro. Sua candidatura acaba sendo o receptáculo das lutas que tiveram o seu ponto culminante no Paro Nacional de 2021, uma greve de massas que jogou nas cordas o governo Duque, provocando uma crise nos partidos tradicionais, liberal e conservador, e nos de direita e extrema-direita que se alternavam no poder.

Nas eleições legislativas de março passado, o “Pacto Histórico” obteve 17 cadeiras no Senado e 25 na Câmara, o melhor resultado já obtido pela centro-esquerda, enquanto o grande perdedor foi o Centro Democrático uribista que era a principal força até então. Depois, nas primárias para formar a sua chapa, apesar dos esforços de Petro para oferecer a



Gustavo Petro e Francia Márquez

vice-presidência a um político liberal, a pressão das bases deu mais de 800 mil votos à militante negra Francia Márquez, que representa aspirações de uma ampla massa do povo pobre, discriminado e radicalizado que protagonizou as grandes jornadas de luta contra Duque.

Um governo Petro-Francia, uma vez eleito, estará submetido a fortes pressões contraditórias. Empresários vão exigir mais subsídios, menos impostos e maior precarização do emprego, contando com as pressões externas do imperialismo dos Estados Unidos que vai querer manter a Colômbia como sua base de operações na região.

O povo trabalhador, ao revés, exigirá que os ricos paguem mais

impostos, aumento de salários, desmantelar as contrarreformas que nos últimos 30 anos atacaram direitos trabalhistas e as aposentadorias, a reversão de privatizações e a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Estado.

Seguiremos atentamente esse processo.

Alberto Salcedo

1 - Pacto Histórico: coalizão composta por partidos e movimentos políticos de esquerda e centro-esquerda.

2 - Uribismo: coalizão de governo formada em torno das políticas do ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2022), além de partidos como o Conservador, mantém laços com o narcotráfico e os paramilitares.

# México: reformas de López Obrador não passam

Controle estatal do setor elétrico é bloqueado no Congresso

Nos últimos meses houve pressão permanente do governo Biden dos Estados Unidos para deter o presidente mexicano López Obrador em sua iniciativa de reforma constitucional da energia elétrica. Viagens de assessores da Casa Branca para entrevistar-se com o governo mexicano se sucederam.

Nessa pressão, o imperialismo estadunidense conta com os partidos políticos do velho regime mexicano, o PRI e o PAN, e com as pequenas “agências de emprego” denominadas “partidos”, como o PRD e o Movimento Cidadão.

Obrador e seu Movimento de Regeneração Nacional (Morena) apresentaram nas câmaras legislativas o projeto de reforma constitucional que daria à Comissão Federal de Eletricidade (CFE) o poder de controlar a maior parte da produção elétrica no país. Nos governos anteriores do PRI e PAN esse controle foi entregue a empresas espanholas e dos Estados Unidos, com grande avanço da corrupção em negócios milionários de mercado paralelo de energia.

Mas a reforma de Obrador não conseguiu obter a maioria qualificada



México 2018, povo comemora eleição de Obrador

de 67% de deputados e senadores. O grupo de partidos ao redor do PRI e do PAN, na verdade, impede qualquer modificação na Constituição que venha prejudicar os interesses do capital privado local e estrangeiro, defensores incondicionais dos interesses imperialistas que são.

## A responsabilidade de Obrador

Medidas parciais de soberania e apoios econômicos às camadas mais pobres do povo conseguiram manter

um respaldo social a Obrador e seu governo até aqui. Mas, ao mesmo tempo, fica cada vez mais claro que não haverá “quarta transformação” do México, como diz o presidente, sem que sejam combatidas as instituições do velho regime. Seria necessário abrir a discussão no país sobre a Assembléia Constituinte Soberana, portanto.

Por outro lado, Obrador se faz porta-voz da política do governo Biden para a América Central no que diz

respeito aos migrantes. Assim, numa visita de alguns dias à Guatemala e Honduras, Obrador foi oferecer “ajuda econômica” para deter o êxodo de migrantes em direção à fronteira com os EUA. Ele também prepara a nona Cúpula das Américas convocada por Biden e que tem no centro o impulso à “transição energética”, o que significa a tomada de terras, águas e minérios pelas empresas imperialistas.

Nesse quadro contraditório, as primeiras ações do povo trabalhador estão à vista. O agravamento da crise do sistema capitalista com a pandemia e agora com a guerra na Europa, a brutal inflação que o Banco Mundial prevê que vai durar até 2024, empurram o povo trabalhador a resistir, debilitando o controle dos dirigentes sindicais corporativos (muitos ligados ao PRI) para conter as lutas. Assim, neste 1º de Maio houve manifestações independentes de setores da classe trabalhadora, algo que não ocorria há muitos anos, indicando uma nova disposição de luta.

Correspondente

# O Trabalho: 900 edições a serviço dos trabalhadores

Assine e ajude a sustentar o mais antigo órgão da imprensa operária

Fundado pela então Organização Socialista Internacionalista (OSI), atual corrente O Trabalho do PT, a edição n° 0 veio à luz há 44 anos, em 1° de maio de 1978. A batalha para lançar o jornal, no entanto, começou um mês antes, em 1° de abril, quando os militantes da OSI lançaram um “bônus de arrecadação” para levantar fundos.

Este bônus era acompanhado por um manifesto que dizia corajosamente “hoje, 1° de abril nasce um novo jornal neste país. Seu nome é O TRABALHO e seu destino é a luta contra a opressão (...). O Trabalho não é filho dos ricos, nem foi planejado nos gabinetes das grandes empresas. Ele nasceu da necessidade que os trabalhadores têm de expressar seus sentimentos, suas aspirações, suas certezas e sua força.

No Brasil, desde sempre, a classe dominante tem seus arautos, para quem estão abertas as imprensas e fechados os cárceres. E também no Brasil, os trabalhadores sempre tiveram seus porta-vozes e defensores, para quem estão fechadas as imprensas e abertos os cárceres. O Trabalho nasce da luta dos trabalhadores contra as mordidas e esses mesmos cárceres”.

Foi com essa consciência que O Trabalho veio ao mundo, como um jornal financiado exclusivamente pela venda de seus exemplares entre os trabalhadores.

Como nasceu em plena Ditadura, sofreu com a censura e a perseguição. Documentos históricos do “Serviço Nacional de Informações” comprovam o fato. Por mais de uma vez, O Trabalho teve sua sede invadida (1980 e 1981), grampeada, e houve tentativas de recolher o jornal para que não circulasse.

Nenhuma perseguição ou outra dificuldade foi capaz de impedir que o jornal fosse publicado. Alcançamos 900 edições de forma ininterrupta. O Trabalho é o órgão da imprensa operária mais antigo em circulação neste país, um feito que celebramos com orgulho.

## Na luta pela democracia e a soberania nacional

Nestes anos O Trabalho lutou para pôr “Abaixo a Ditadura”, pelas “Diretas Já” e por uma Assembleia Constituinte Soberana, para dar voz ao povo. Denunciou a anistia aos militares – “os verdadeiros terroristas” - e exigiu a punição dos assassinos e torturadores. Lutou pelo Fora Collor, Fora FHC e contra o golpe



para depor Dilma Rousseff. Combateu o governo golpista de Temer, e o governo genocida de Bolsonaro, produto de uma eleição fraudulenta, com o líder das pesquisas na cadeia.

Aliás, por duas vezes denunciou a prisão de Lula, durante a ditadura e em função da Lava - jato, e por duas vezes fez campanha pela sua liberdade. O Trabalho lutou pela liberdade de todos os presos políticos, fossem aqueles encarcerados pelo arbítrio do regime dos generais, fossem os que, mais recentemente, foram presos pelo arbítrio da Toga, na Ação Penal 470 ou na Operação Lava - jato.

Denunciou o assassinato de líderes populares e ativistas, como Chico Mendes, e o sindicalista Anderson Luís, presidente do sindicato dos frios no Rio de Janeiro.

Denunciou o genocídio do povo negro e dos povos indígenas. Noticiou a luta das mulheres trabalhadoras e de todos os oprimidos. Denunciou o trabalho infantil e análogo à escravidão. Lutou pelo não pagamento da dívida externa. Denunciou cada uma das privatizações neste país: da CSN, da Telebrás, da Vale do Rio Doce e muitas outras.

## Na luta pela independência de classe

Nestes 44 anos O Trabalho combateu pela independência dos trabalhadores diante da burguesia. O jornal reportou a luta pela legalização do PT e pela sua constituição como um “partido sem patrões”. Ajudou a eleger parlamentares e governos do PT. Reportou e discutiu calorosamente o processo de adaptação do PT às

instituições herdadas da ditadura, criticando o que considerou erros na política do partido e defendendo o PT de todos os ataques da burguesia brasileira e do imperialismo, combatendo pela sua continuidade. Nos 13 anos de governos do PT que lutamos para eleger, levamos um combate para que nosso partido correspondesse às transformações necessárias que, desde sua fundação, estiveram escritas em seu manifesto.

O Trabalho ajudou a dar voz ao processo de fundação da CUT e a retomada de sindicatos independentes. Reportou milhares de lutas e greves, nas ruas, nas fábricas, nos bancos, nas escolas, hospitais e locais de trabalho.

Noticiou as lutas da juventude, seus problemas e anseios. Reportou a reconstrução da UNE, da UBES e das entidades estudantis, seus congressos, reuniões e mobilizações.

## Um jornal internacionalista

Antiimperialista, O Trabalho defendeu de maneira incessante os povos oprimidos e o direito à autodeterminação. Denunciou os bombardeios do imperialismo estadunidense pelo mundo e do imperialismo Inglês nas Malvinas (que são argentinas). Denunciou os crimes da burocracia Stalinista na URSS e os tanques na China

Combateu o bloqueio econômico a Cuba e à Venezuela. Apoiou a luta do povo negro da África do Sul contra o apartheid, denunciou o massacre na Palestina e o novo apartheid em Israel. Condenou as invasões ao Iraque, ao Afeganistão, o bombardeio

da Otan na antiga Iugoslávia. Combateu do primeiro ao último minuto a presença das tropas brasileiras no Haiti. Foi solidário à revolução da Nicarágua, ao “Solidariedade” na Polônia, à revolução na Tunísia, ao processo revolucionário Argelino e a tantas lutas dos trabalhadores em todo o mundo.

É com este compromisso que hoje o jornal O Trabalho se propõe a ajudar a luta dos que dizem Não à Guerra contra a Ucrânia. E no Brasil os que lutam para reconstruir e transformar nosso país, com uma Constituinte com Lula Presidente

## PARA MANTER NOSSA LUTA, ASSINE NOSSO JORNAL!

É para manter esta trajetória coerente que lançamos a partir deste mês uma campanha de assinaturas, para reforçar este jornal. Convidamos cada um dos nossos leitores que ainda não são assinantes a assinar. Convidamos também a fazer uma assinatura aqueles que combatem lado a lado conosco na luta pelos interesses dos trabalhadores e pela defesa da independência de suas organizações. O caminho para livrar a humanidade da barbárie imposta por este sistema baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção. Esta é a nossa luta e é à serviço dela que, desde a edição zero, nos mantemos fiéis. Ajude a sustentar nossa imprensa a serviço da luta dos trabalhadores. Afinal, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Acesse: [otrabalho.org.br/assine](http://otrabalho.org.br/assine)  
Comitê de redação